

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATAMA/PE

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fotografia, filmagem com drone e cinegrafia de eventos institucionais**, com vistas a atender às necessidades de divulgação oficial da Prefeitura Municipal de Paranatama/PE nas redes sociais e demais canais institucionais, conforme especificações e condições estabelecidas neste documento. A contratação se justifica diante da necessidade de manter a população informada sobre os eventos oficiais, inaugurações, palestras e demais ações da administração pública, através de materiais audiovisuais produzidos com qualidade técnica e profissionalismo, contribuindo para a transparência, valorização das ações públicas e fortalecimento da imagem institucional do município.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDAS	QUANT	PREÇO POR UNIDADE	VALOR TOTAL
1	Fotografia institucional de eventos, inaugurações, palestras e demais cerimônias da administração, para divulgação nas redes sociais do município, com equipamento de fotografia próprio de alta qualidade, que contemple a cobertura de um evento completo, com entrega de no mínimo 100 fotografias editadas em alta qualidade.	UNIDADES	12	R\$ 406,67	R\$ 4.880,04
2	Filmagem de aérea com utilização de drone para cobertura de eventos, inaugurações, palestras, obras e acesso de filmagem a áreas de risco, com pilotos habilitados e equipamento homologado pela ANAC. A filmagem será feita de no mínimo 1h00, disponibilizada para o município através de link de acesso e armazenamento em nuvem, com entrega em alta qualidade, editado com efeitos específicos de cobertura dos eventos para postagem nas redes sociais institucionais do município.	UNIDADES	12	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
3	Serviço de cinegrafia para filmagem de eventos institucionais, com equipamento e captação de imagem bruta de alta qualidade. A filmagem será feita de no mínimo 1h00, disponibilizada para o município através de link de acesso e armazenamento em nuvem, com entrega em alta qualidade, editado com efeitos específicos de cobertura dos eventos para postagem nas redes sociais institucionais do município.	UNIDADES	12	R\$ 1.395,00	R\$ 16.740,00
				TOTAL	R\$ 40.220,04

1.1 – O contrato terá vigência de 12 (DOZE) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2 – Os bens não são considerados de luxo, conforme Decreto Municipal nº 134/2022.

1.3 – Os bens caracterizam-se como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.0 – JUSTIFICATIVA:

2.1 – A contratação visa atender à demanda da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Paranatama/PE, no sentido de garantir a cobertura adequada dos eventos promovidos pela administração, com registros fotográficos e audiovisuais de alta qualidade, tanto em solo quanto com equipamentos aéreos, como drones, respeitando as exigências legais quanto à habilitação profissional e à qualidade do material entregue.

A presença de profissionais qualificados e com equipamentos adequados é essencial para que o município tenha acesso a registros fidedignos, modernos e tecnicamente compatíveis com os padrões atuais de comunicação pública, possibilitando a ampla divulgação das ações da gestão municipal e contribuindo para o fortalecimento da relação entre governo e sociedade.



3.0 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

A empresa contratada deverá fornecer os seguintes serviços, conforme detalhamento:

Item 01 – Fotografia institucional de eventos oficiais da administração:

Serviço de fotografia institucional para cobertura de eventos diversos da administração pública municipal, como inaugurações, palestras, encontros, festividades e demais solenidades. O serviço deverá ser realizado com **equipamento fotográfico próprio e de alta qualidade**, que garanta imagens nítidas, bem iluminadas e em alta resolução. Cada unidade contratada corresponderá à cobertura completa de um evento, com **entrega mínima de 100 (cem) fotografias editadas em alta qualidade**, prontas para publicação nas redes sociais e demais canais institucionais do município. Serão contratadas 12 (doze) unidades, com valor unitário de R\$ 406,67 (quatrocentos e seis reais e sessenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 4.880,04 (quatro mil oitocentos e oitenta reais e quatro centavos).

Item 02 – Filmagem aérea com drone de eventos institucionais

Serviço de filmagem aérea com drone, realizado por profissional piloto habilitado e com equipamento devidamente homologado pela ANAC, para cobertura de eventos institucionais, inaugurações, palestras, obras e áreas de difícil acesso. Cada unidade contratada corresponderá à filmagem de **no mínimo 1h00 (uma hora)** de duração, com **edição profissional**, incluindo efeitos específicos de cobertura, com entrega do material em **alta qualidade**. A filmagem deverá ser entregue ao município através de **link de acesso e armazenamento em nuvem**, para download e publicação. Serão contratadas 12 (doze) unidades, com valor unitário de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).

Item 03 – Cinegrafia para filmagem de eventos institucionais

Serviço de cinegrafia realizado por profissional capacitado e com equipamento próprio de captação de imagem bruta de alta qualidade, para cobertura de eventos oficiais da administração. A filmagem deverá ter **no mínimo 1h00 (uma hora)** de duração, com entrega final em alta qualidade, devidamente **editada com efeitos visuais apropriados à divulgação institucional**, respeitando o padrão de identidade da gestão. O material deverá ser disponibilizado ao município por meio de **link de acesso e armazenamento em nuvem**. Serão contratadas 12 (doze) unidades, com valor unitário de R\$ 1.395,00 (mil trezentos e noventa e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 16.740,00 (dezesseis mil setecentos e quarenta reais).

4 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO:

4.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5).

4.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput, e Decreto Municipal nº 009 de 2023, e indicados por ato de designação realizado pela autoridade competente na forma do art. 7º da Lei 14.133/2021 e do art. 4º e segs. do Anexo V do Decreto Municipal nº 130/2023;

4.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº009, de 2023);

4.8 - O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº009, de 2023);



4.9 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 009/2023)

4.10 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.11 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.12 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.13 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 130, de 2023, Anexo V).

4.14 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.15 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.16 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.17 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.18 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.19 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.20 - O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

4.21 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

5. CRITÉRIO DE MEDIAÇÃO DE PAGAMENTO:

5.1 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da liquidação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2 – Considera-se liquidação o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto.

5.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

5.4 – Na hipótese descrita o item anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



5.5 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.1 - A modalidade de contratação adotada será a direta, por meio da dispensa, com fundamento no art. 75 inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o critério de julgamento a ser adotado é o menor preço ofertado.

6.2 – No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL do serviço/material a ser prestado/adquirido.

7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento;

7.4 - Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

7.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

7.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.8 - Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

7.9- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Ex.: ALVARÁ/ CARTÃO CIM/ CACEPE, dentre outros);



8.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. (Tendo em vista que essas informações relativas à prova de inscrição nos cadastros de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] já constam no próprio certificado do MEI)

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1 - A empresa a ser contratada deverá comprovar experiência prévia compatível com o objeto deste termo de referência, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem ter realizado serviços similares em características e complexidade. A contratada deverá contar com equipe técnica devidamente capacitada e habilitada para a execução dos serviços propostos, especialmente no que diz respeito à operação de equipamentos de captação de imagem e vídeo, incluindo drones. Além disso, é indispensável que a empresa possua os equipamentos próprios e adequados à prestação dos serviços descritos neste termo, incluindo câmeras de alta resolução, drones homologados, sistemas de edição profissional e estrutura para disponibilização do conteúdo final em formato digital com acesso por link em nuvem. A empresa deverá assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados, a entrega do material nos prazos estabelecidos pela Administração Pública, e a completa responsabilidade pela execução do serviço, abrangendo logística, produção, captação, edição e disponibilização do conteúdo audiovisual.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1 – O custo estimado total da contratação é de **R\$ 40.220,04 (QUARENTA MIL, DUZENTOS E VINTE REAIS E QUATRO CENTAVOS)**.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos financeiros provenientes da dotação orçamentária abaixo discriminada.

SECRETARIA DE TRABALHO, JUVENTUDE E EMPREENDEDORISMO

02.21.00

04.122.0021.2105.0000

31.90.39.00

Paranatama, 17 de julho de 2025.

NEIDEJANE DA SILVA BEZERRA

Servidora Responsável





PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/70-20250808103102.pdf>
assinado por: idUser 405